

O ENSINO FUNDAMENTAL NO ESPÍRITO SANTO: SÉRIE HISTÓRICA (1996 2006) DAS MATRÍCULAS

Imaculada Aparecida Schmidt¹, Célia Nunes Pereira Borges², Edilson Romais Schmidt³, Maria da Graça Siqueira Pereira⁴

¹Unilinhares/Letras, Av. São Mateus, 1458, Araçá, Linhares-ES, 29901-396, cidinhaschmidt@hotmail.com;

²Unilinhares/Letras, Av. São Mateus, 1458, Araçá, Linhares-ES, 29901-396, celiaborges81@hotmail.com;

³UFES/Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES), Departamento de Ciências da Saúde, Biológicas e Agrárias, Av. Humberto de Almeida Francklin, Bairro Universitário, CEP 29933-415, São Mateus – ES (Sede Provisória). E-mail: edilsonschmidt@ceunes.ufes.br

⁴Unilinhares/Letras, Av. São Mateus, 1458, Araçá, Linhares-ES, 29901-396

Resumo – O objetivo deste trabalho foi analisar a evolução do número de matrículas no ensino fundamental regular do Espírito Santo no período 1996 até 2006. Avaliou-se a evolução para as dependências administrativas Estadual, Municipal e Privada. Os dados secundários foram obtidos a partir do INEP/MEC. Utilizou-se a avaliação por meio do índice de matrículas para a série histórica 1996 a 2006 em cada dependência administrativa e a correlação de Pearson entre as dependências administrativas. Verificou-se um processo de municipalização do número de matrículas no período, sendo que o mesmo foi mais intenso a partir de 1998, ano da implantação do FUNDEF. No período também houve redução do número de matrículas no ensino privado. As correlações reforçam que, com a diminuição do número de matrículas na rede estadual, houve aumento das matrículas na rede municipal e redução na rede privada, o que reforça o processo de municipalização e descarta o de privatização.

Palavras-chave: Educação, Ensino Fundamental, municipalização do ensino, dependência administrativa.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas.

Introdução

A constituição Federal do Brasil estabelece a educação como direito de todos e dever do estado (BRASIL, 2002a). Compreende, portanto, a garantia de vagas, as condições de funcionamento e a competência educacional. Esta última pode ser traduzida em recurso material, pessoal, financeiro e projeto pedagógico.

O ensino fundamental vem passando por mudanças no que concerne às dependências administrativas que se responsabilizam pela oferta de vagas e manutenção do ensino. Esse processo tende pela municipalização do ensino fundamental (GIL, 2003; SANTOS, 2003; ARELARO, 2005). Um dos fatores que contribui para esse processo é a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF em 1996 (BRASIL, 1996).

O INEP, órgão do Ministério da Educação e Cultura do Brasil e responsável pela coleta, organização e divulgação dos dados educacionais do Brasil, “acredita, cada vez mais, na importância de agilizar o processo de disseminação dos dados educacionais [...]” (BRASIL, 2006, p. 35).

O objetivo deste trabalho foi analisar a evolução do número de matrículas no ensino fundamental regular do Espírito Santo no período 1996 até 2006.

Metodologia

Realizou-se análise de dados referentes a matrículas no ensino fundamental regular no Espírito Santo para as dependências administrativas Estadual, Municipal e Privada. A análise foi feita a partir de dados secundários disponibilizados pelo INEP/MEC referente ao período 1996 até 2006. Este período foi adotado para melhor visualização da referida evolução por dependência administrativa, haja vista a efetivação do FUNDEF a partir de janeiro de 1998 (MEC, 1999).

Os dados foram avaliados por:

a) Índice de quantidade de matrículas (I_q)

$$I_q = \frac{q_n}{q_0} \times 100$$

Em que:

q_0 = quantidade de matrículas no ano base, 1996 ou 1998;

q_n = quantidade de matrículas em 2006.

De acordo com Fonseca et al. (1988), número-índice é uma medida estatística utilizada para mostrar as oscilações de uma ou mais variáveis em datas ou localidades diferentes.

b) Correlação de Pearson (r) entre as dependências administrativas.

$$r = \frac{n \sum_{i=1}^n X_i Y_i - (\sum_{i=1}^n X_i)(\sum_{i=1}^n Y_i)}{\sqrt{n \sum_{i=1}^n X_i^2 - (\sum_{i=1}^n X_i)^2} \sqrt{n \sum_{i=1}^n Y_i^2 - (\sum_{i=1}^n Y_i)^2}}$$

Em que:

n = número de anos em avaliação, que foi 11 anos;

X_i = valores atribuídos à variável dependência administrativa X no ano i, sendo i variando de 1 até 11;

Y_i = valores atribuídos à variável dependência administrativa Y no ano i, sendo i variando de 1 até 11.

As análises estatísticas foram realizadas com auxílio do programa Excel.

Resultados

Os resultados referentes à série histórica de matrículas do ensino fundamental regular no período 1996 até 2006 são apresentados na Tabela 1. Verifica-se que houve nítida redução no número de matrículas ofertadas pela rede estadual e privada e aumento na rede municipal de ensino. O número total de matrículas também foi reduzido nesse período.

A redução de matrículas pela rede estadual do período 2006 em relação a 1996 foi de 62,97%. A redução de 2006 em relação a 1998, ano de implantação do FUNDEF, foi de 53,88%. Por outro lado o aumento de matrículas na rede municipal aumentou 159,90% de 2006 em relação a 1996 e 55,09% de 2006 em relação a 1998. Em contrapartida praticamente não houve diferença nos índices para a rede privada, que tiveram redução de 19,83% no número de matrículas de 2006 em relação a 1996 e, redução de 14,01% de 2006 em relação a 1998. A redução total foi de 8,55% de 2006 em relação a 1996 e de 9,58% de 2006 em relação a 1998.

As correlações de Pearson entre as dependências administrativas também são apresentadas na Tabela 1. Existe uma correlação muito forte e negativa (r = - 0,9830) entre matrículas estadual e municipal, indicando que ao se diminuir o número de matrículas na rede estadual, aumentou-se em grande proporção as matrículas na rede municipal. A correlação entre municipal e privada também foi negativa, com valor r = - 0,8715 que corresponde a correlação forte, indicando que quando se aumenta o número de matrículas municipal, diminui-se o número de matrículas privada. A correlação entre estadual e privada foi de r = 0,8709 também considerada forte, indicando que ao se diminuir o número de matrículas estaduais, o número de matrículas privado também diminuiu.

Tabela 1 – Número de matrículas no ensino fundamental regular no Espírito Santo no período 1996 até 2006 de acordo com dependência administrativa, índice de quantidade de matrículas (I_q) e, correlação de Pearson (r)

Ano	Dependência Administrativa			Total
	Estadual	Municipal	Privada	
1996	399.670	134.547	77.985	612.595
1997	372.466	161.499	79.899	614.265
1998	320.907	225.473	72.699	619.559
1999	310.383	234.699	69.697	614.779
2000	303.922	237.895	66.751	608.568
2001	281.561	238.895	64.775	585.231
2002	268.309	248.970	64.817	582.096
2003	250.129	255.266	65.533	570.928
2004	237.822	263.515	64.152	565.489
2005	175.960	320.928	64.208	561.096
2006	148.015	349.687	62.517	560.219
I _q (06/96)	37,03	259,90	80,17	91,45
I _q (06/98)	46,12	155,09	85,99	90,42
r ^(Est. x Municipal)	- 0,9830**			
r ^(Estadual x Privada)	0,8709**			
r ^(Municipal x Privada)	- 0,8715**			

Fonte: BRASIL (1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002b, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007).

Discussão

As mudanças verificadas no número de matrículas no ensino fundamental regular no Espírito Santo vem ocorrendo antes da implantação do FUNDEF, mas, no entanto, as alterações foram bem marcantes a partir do ano de sua implantação, que foi em 1998.

A redução da oferta de matrículas na rede estadual foi compensada pela rede municipal e não houve absorção de vagas pela rede privada, o que não fere a lei maior do nosso país que estabelece a educação como direito de todos e dever do estado (BRASIL, 2002a).

Conclusão

O número de matrículas ofertadas no ensino fundamental regular no período 1996 a 2006 no Espírito Santo sofreu um processo de municipalização.

Referências

- ARELARO, Lisete Regina Gomes. O ensino fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26 (especial), n. 92, p. 1039 - 1066, out. 2005.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 19ª ed. Brasília: Câmara dos deputados, 2002a. 427 p.
- BRASIL. Lei 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Diário Oficial da União, Brasília, dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Sinopse Estatística – 1996, Brasília, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Sinopse Estatística – 1997, Brasília, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Sinopse Estatística da Educação Básica: Censo Escolar - 1998, Brasília, 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Sinopse Estatística da Educação Básica_– 1999, Brasília, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Censo Escolar – 2000, Brasília, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Sinopse Estatística da Educação Básica – 2001, Brasília, 2002b.
- BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Sinopse Estatística da Educação Básica_– 2002, Brasília, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Censo escolar: Sinopse Estatística da Educação Básica – 2003, Brasília, mai. 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Censo escolar: Sinopse Estatística da Educação Básica – 2004, Brasília, set. 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Resultados do Censo Escolar - 2005, Brasília, jul. 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Sinopse Estatística: Educação Básica: Censo Escolar_– 2006, Brasília, 2007.
- GIL, I. Juca Pirama Camargo. A municipalização do ensino no Chile. **Educar**, Curitiba, n. 22, p. 115-137, 2003.
- FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade; Toledo, Geraldo Luciano. **Estatística aplicada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- MEC. **Fundef**: Balanço do primeiro ano do Fundef. Brasília: MEC, 1999.
- SANTOS, Jussara Maria Tavares Puglielli. O processo de municipalização no estado do Paraná. **Educar**, Curitiba, n. 22, p. 257-279, 2003.